

## **TECNOLOGIAS SOCIAIS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO: TERRITÓRIO, AUTONOMIA E SOBERANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE SERRA TALHADA.**

**Marcilio Batista Magalhães Moura –**  
[marcilio.mmouraa@gmail.com](mailto:marcilio.mmouraa@gmail.com)

Estudo defendido para obter graduação em licenciatura em geografia no Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco. Ano 2017

Orientador: Prof. Dr. Emilio Tarlis Mendes Pontes

O presente trabalho é um estudo de caso, que tem como intuito analisar a implementação de políticas públicas de segurança hídrica no semiárido Pernambucano, especificamente no assentamento Laginha, em Serra Talhada – PE. Pretendem-se compreender, dentro da convivência com o semiárido, quais as implicações das tecnologias sociais nas dinâmicas de segurança e gestão hídrica aos agricultores beneficiados e que estão inseridos em comunidades rurais do Sertão do Pajeú.

A pesquisa embasa-se nos preceitos de convivência com o semiárido e tecnologias sociais que estão intimamente ligados por versarem nas suas ramificações, sobre uma região extensa e diversa do território nacional brasileiro, apoiada sob um paradigma emergente, que se desenvolve nesse território, com orientação de práxis sustentáveis e que dessa forma, busca ampliar o leque de metodologias, que melhorem a qualidade de vida dos agricultores, além serem facilmente apropriadas pelos mesmos. O conceito

S  
I  
S  
T  
E  
M

geográfico de território, surge como categoria de análise, por ser um importante indicador das transformações ocorridas no contexto espaço-temporal dos assentamentos oriundos da reforma agrária e assim contribuir com a problematização dos aspectos pertinentes ao acesso universal da água, segurança e gestão desse recurso, além de outras características ramificadas que estejam atreladas a esse bem.

Nas últimas três décadas, avultou-se o debate em torno do semiárido brasileiro, e as problemáticas regionais imbuídas no seu território vieram à tona, ampliando o conhecimento sobre a região e promovendo uma série de propostas mitigadoras. Destarte, apoiados na proposta da convivência que nas suas entranhas privilegia o desenvolvimento sustentável, surgiram meios tecnológicos e políticas públicas que visavam colaborar com as dinâmicas de vida das pessoas inseridas no sertão do Pajeú e em todo o semiárido, ao garantir acesso a água e caminhos para a segurança hídrica.

O modelo de desenvolvimento em implementação pela convivência tem propiciado as famílias beneficiadas a construção de uma nova realidade ou adaptação da existente, com incremento de meios sustentáveis que permitem qualidade de vida. O paradigma em curso na região propõe viabilizar um semiárido viável a partir de três contextos: o modelo participativo e sustentável, a teia de tecnologias congregadas na convivência e o assessoramento aproximado da vivência desses agricultores, que possibilitam distintos usos do território, dinâmicas produtivas que historicamente fogem das amarras impostas pelas barreiras climáticas e políticas presentes na região.

Na pesquisa, a discussão sobre os termos pertinentes ao semiárido, dão-se, na perspectiva de comunidades semiáridas rurais, com recorte no assentamento Laginha, que é o expoente viável para compreender o contexto de implementação do paradigma da convivência de convivência pela inserção nos eixos de beneficiamento da políticas da convivência, sendo a compreensão dos agricultores, como atores sociais, através de um estudo de caso, proposto para compreender diretamente as transformações ocorridas no território e na vida dos residentes no assentamento, no que concerne ao acesso a água para consumo e uso na produção.

O estudo empenhou-se em tratar as tecnologias sociais de convivência com o semiárido, suas virtudes e problemáticas de implementação, de forma ampla e que demonstrasse os aspectos que estão intimamente atrelados a questão hídrica no território, como a questão fundiária, os arranjos produtivos e as dinâmicas sustentáveis, que congregados suscitam resultados antagônicos e/ou complementares, nos

termos de autonomia e soberania alimentar, que representam o cume da implementação benéficos em prol dos residentes no semiárido. Porém, no decorrer da pesquisa, evidenciou-se que os termos utilizados, para denominar tal processo, assumiram caráter meramente acadêmico e não apresentavam de forma prática no cotidiano de vida dos agricultores assentados, devido a fragilidade de conhecimento de técnicas no espaço vivido e nas ações desiguais de beneficiamento que acometem as comunidades rurais.